



## **Denúncia e anúncio no pensamento agroecológico: uma mirada a partir da ecologia política e da economia ecológica**

*Denoucement and announcement in agroecological thinking: a look from political ecology and ecological economics*

FERREIRA, Rodrigo de Souza<sup>1</sup>; CARDOSO, Irene Maria<sup>2</sup>; JESUS, Eli Lino de<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Viçosa, rsouzafer@yahoo.com.br; <sup>2</sup> Universidade Federal de Viçosa, irene@ufv.br; <sup>3</sup> IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, eli.jesus@ifsudestemg.edu.br

### **RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO**

#### **Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico**

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de assinalar algumas contribuições do marco teórico da *ecologia política e da economia ecológica* para a constituição do pensamento agroecológico. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e privilegiou as obras de Joan Martínez Alier e Enrique Leff – autores referenciais neste campo do saber. A abordagem conferida às obras desses autores teve como eixo central o binômio denúncia-anúncio, que constitui a dialética da conscientização, proposta por Paulo Freire. No que se refere às denúncias, a crítica deste marco teórico se manifesta na percepção de que a propalada eficiência produtiva da agricultura industrial mascara efeitos negativos de grande impacto ambiental e social. No que se refere aos anúncios, é defendido um enfrentamento à lógica da expansão capitalista, por meio de uma racionalidade ambiental, conforme é proposto pela Agroecologia.

**Palavras-chave:** dialética da conscientização; agricultura industrial; racionalidade ambiental.

#### **Introdução**

Em sua dimensão científica, o pensamento agroecológico é tributário de influências de diversos campos do saber. Sevilla Guzmán (2006) agrupou essas influências a partir de quatro marcos teóricos, quais sejam: (1) ecologia política e economia ecológica, (2) aspectos ecológicos e agrônômicos, (3) coevolução etnoecológica e (4) neonarodnismo ecológico. O presente trabalho tem o objetivo de assinalar algumas contribuições do marco teórico da *ecologia política e da economia ecológica* para a constituição do pensamento agroecológico.

A ecologia política se estabeleceu como campo de investigação teórica e de ação política a partir da década de 1960, respondendo à percepção do cenário de crise ambiental que se configurava àquela época. Seu espaço de estudos engloba as relações de poder que se formam a partir da intervenção humana sobre o meio ambiente (LEFF, 2013). A ecologia política lida, portanto, com os conflitos de distribuição ecológica, ocupando-se das assimetrias e desigualdades ocasionadas pela apropriação dos recursos e serviços ambientais.

Muitos dos conflitos de distribuição ecológica têm origem no enfrentamento entre economia e meio ambiente. Isso faz com que a ecologia política mantenha um



estreito laço com a economia ecológica. Esta, por sua vez, estuda as relações de compatibilidade entre a economia humana e o meio ambiente, em uma perspectiva de longo prazo. Dessa forma, a economia ecológica pensa a relação econômica com a natureza não apenas da perspectiva monetária, mas também em termos físicos e sociais (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

O marco teórico da *ecologia política e da economia ecológica* dialoga, portanto, com a *dimensão socioeconômica* da Agroecologia. As análises desse marco colocam em questão o conceito de desenvolvimento rural construído no contexto da sociedade capitalista, que se impôs a partir de estratégias de modernização agrícola, que resultaram em degradação ambiental e também social. Partindo desta crítica, este marco considera as condições para a promoção de sociedades sustentáveis (SEVILLA GUZMÁN, 2006).

## Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Para abordar o marco teórico da *ecologia política e da economia ecológica*, privilegiou-se as obras de Joan Martínez Alier e Enrique Leff – autores referenciais neste campo do saber.

A abordagem conferida às obras desses autores teve como eixo central a dialética da conscientização, proposta por Freire (1982). Segundo o autor, a conscientização é um processo que tem como ato originário a *denúncia* acerca dos injustos mecanismos do sistema dominante e como ato decorrente o *anúncio* acerca das vias para a superação da situação de injustiça. Dessa forma, a trajetória de investigação aqui proposta partiu das críticas que os autores apresentam sobre o processo de modernização agrícola, fundada na filosofia do progresso capitalista (entendidas como a denúncia freiriana), para avançar para proposições acerca de uma agricultura orientada por outros princípios, que remetem a uma convivência solidária dos seres humanos entre si e com o meio ambiente (entendidas como o anúncio freiriano).

## Resultados e Discussão

Ao abordar o ato originário do processo de conscientização, a chamada denúncia (FREIRE, 1982), o marco teórico *ecologia política e economia ecológica* “se apóia [sic] na crítica ecológica à agricultura moderna, que em resumo argumenta que a maior produtividade deste tipo de agricultura, pobre em biodiversidade e intensiva em energia de combustíveis fósseis, oculta custos ecológicos que não são medidos pelos preços de mercado” (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 143). A partir desta análise, é colocada em questão a viabilidade da agricultura moderna em longo prazo e é criticada a contabilidade que enfatiza tão somente a produtividade, porque menospreza os prejuízos ambientais e sociais da atividade. Portanto, dentro da lógica freiriana, a agricultura moderna é denunciada.



Segundo Leff (2000), o processo de acumulação capitalista pode ser considerado como o principal elemento perturbador dos ecossistemas naturais. A exploração capitalista tem como fundamento básico e como justificativa moral a maximização do lucro e do excedente econômico a curto prazo. Este fundamento potencializou o impacto da intervenção humana sobre o meio natural. Ao contrário, sistemas tradicionais de organização social tinham como preocupação fundamental a manutenção das condições de autossuficiência local, o que constituía um elemento central do próprio sentido da vida humana. Dessa forma, a utilização dos recursos naturais devia respeitar ao imperativo do interesse comunitário. No entanto, com a expansão capitalista, estes valores associados à autossuficiência e ao interesse coletivo perderam espaço para a lógica da apropriação individual dos bens da natureza, para fins de produção de capital monetário. Assim, a intensificação do ritmo de exploração dos recursos vem promovendo um sistemático esgotamento destes (a exemplo da progressiva redução da fertilidade natural dos solos), bem como o incremento da deposição de resíduos no meio (a exemplo da contaminação dos solos e águas por agrotóxicos).

O desenvolvimento das tecnologias modernas não levou em consideração os saberes agrícolas ancestrais, as condições sociais em que seriam aplicadas e nem a necessidade de preservação dos ecossistemas. Como consequência imediata da sua implantação, houve uma ruptura cultural, que colocou em risco toda uma gama de conhecimentos autóctones que se pautavam por uma racionalidade agrícola mais afeita à conservação dos recursos naturais e à lógica do desenvolvimento endógeno.

Com o processo de modernização agrícola, as estruturas produtivas se tornaram dependentes das potências agroindustriais que controlam a produção de insumos e máquinas e, devido a isso, estas se apropriam da maior parte da riqueza gerada neste modelo de agricultura. Assim, o progresso tecnológico contribui para intensificar as disparidades sociais, à medida que enriquece as grandes corporações agroindustriais ao mesmo tempo em que amplia a pobreza associada à degradação ambiental e ao consequente escasseamento da base de recursos naturais que dão suporte à vida.

O crescente impacto sobre a base de recursos naturais provoca no regime capitalista uma multiplicação das situações de externalidades. A palavra externalidade diz respeito aos impactos ambientais que não são contabilizados nos preços dos produtos oferecidos ao mercado, mas transferidos como prejuízos para o conjunto da sociedade. Uma lavoura agrícola industrial provoca diversos prejuízos ambientais, entre eles a erosão do solo e a contaminação do solo e da água por agrotóxicos. No entanto, na contabilidade da atividade estes prejuízos não são incorporados, mas menosprezados como se os recursos solo e água fossem infinitos e não estivessem sujeitos à depreciação. Assim, o investidor agrícola transfere o prejuízo ambiental para o conjunto da sociedade, bem como para o ecossistema, e é premiado em sua irresponsabilidade com maiores lucros, já que



não se vê obrigado a fazer qualquer tipo de compensação pelos desastres provocados.

Talvez o maior argumento em favor da modernização agrícola seja o aumento da produtividade, o que significa aumento da produção por unidade de área ou por tempo de trabalho. De fato, ano a ano tem sido noticiado o aumento da produtividade de alguns cultivos industriais. No entanto, será que esse aumento de produtividade representa maior eficiência energética? Ou será que, no cálculo dessa produtividade, todos os custos de produção estão sendo contabilizados?

David Pimentel (apud MARTÍNEZ ALIER *et al*, 1998), em estudos sobre a produção de milho nos Estados Unidos, demonstrou uma decrescente eficiência energética nos cultivos, já que o aumento da produtividade é acompanhado por um incremento ainda maior no uso de insumos (sobretudo petróleo, fertilizantes e pesticidas). Além disso, ao pensar a produtividade é importante levar em consideração a questão das externalidades, ou seja, daqueles impactos ambientais não contabilizados. Será que esse ganho de produtividade se converteria em lucro se fosse descontado nos custos de produção a contaminação química do solo, da água e dos próprios alimentos, a erosão do solo, a perda de biodiversidade, as intoxicações? Certamente, não. Então, a reflexão decorrente é que essa alta produtividade, quando acontece, é viabilizada graças a prejuízos ambientais e sociais que não são descontados, mas que são transferidos para a sociedade e para os ecossistemas.

Ao abordar o ato decorrente do processo de conscientização, o chamado anúncio (FREIRE, 1982), o marco teórico *da ecologia política e da economia ecológica* defende que o enfrentamento da problemática ambiental exige uma mudança de racionalidade, capaz de conferir verdadeira primazia ao princípio da sustentabilidade.

Ao propor uma nova racionalidade social, fundada na gestão sustentável dos recursos naturais, o ambientalismo projeta novos valores sociais, que se traduzem numa ética ambiental. Esta ética tem como ponto de partida a crítica radical dos valores morais que advém da racionalidade econômica capitalista e do consumismo contemporâneo, que provocam o esgotamento acelerado dos recursos naturais. Em seu aspecto positivo, “a ética ambiental coloca-se tanto na conservação da diversidade biológica do planeta, como no respeito à heterogeneidade étnica e cultural da Humanidade” (LEFF, 2000, p. 226). Nesse sentido, de um lado, reconhece-se o valor da diversidade biológica para se enriquecer as teias da vida, mantendo o planeta em sua máxima condição de acolhimento e, de outro lado, defende-se a valorização do conjunto de tradições culturais do planeta, que, num período pré-capitalista, já demonstraram sua habilidade para gerir com parcimônia e sabedoria os bens naturais e, enquanto tal, apresentam-se como referência para se pensar estratégias de coevolução com a natureza mais adaptadas aos ideais da sustentabilidade.



De acordo com Leff (2006), a construção de um futuro sustentável não deve ser pensada como um atributo da administração científica, mas como uma possibilidade que deve ser concretizada a partir da negociação de interesses (muitas vezes contrapostos) acerca da apropriação da natureza. Dessa forma, a concretização dessa possibilidade deve ser buscada a partir de um diálogo de saberes, que implica na “participação das pessoas no processo de produção de suas condições de existência” (LEFF, 2010, p. 183). Ainda segundo o autor, o que está em jogo no debate sobre a sustentabilidade é “uma disputa pela natureza”, que coloca em campo perspectivas interpretativas diversas sobre o assunto. Assim, se o conhecimento científico oferece aportes importantes para essa construção, da mesma forma os atores locais e as comunidades rurais e indígenas, a partir de suas culturas e interesses, também têm muito a contribuir. Portanto, a abertura para o diálogo de saberes é uma abertura para a diversidade, que enfrenta “o logocentrismo da ciência e os regimes de poder que discriminam os saberes não científicos” (LEFF, 2006, p. 383). E por lidar com atores, conhecimentos e interesses diversos, o debate sobre a sustentabilidade é necessariamente permeado por dissensos, tanto quanto por acordos, a partir dos quais se constroem novos discursos teóricos e políticos. Por este motivo, o diálogo de saberes, ao produzir novos conhecimentos e novas práticas, “formula-se como condição da democracia no campo da sustentabilidade” (LEFF, 2006, p. 385).

No debate do marco teórico da *ecologia política e da economia ecológica*, a Agroecologia é posicionada a partir da crítica ao modelo produtivo agroindustrial da agricultura moderna, que tem como foco principal a maximização da lucratividade financeira, ainda que à custa da depredação da base de recursos naturais. Enquanto tal, o modelo agroindustrial evidencia uma lógica operacional “contra natura”. Em contrapartida, a Agroecologia defende a construção de um novo paradigma produtivo, que enfatiza a possibilidade de se produzir “com a natureza”, valendo-se do potencial ecológico presente nos ecossistemas, do potencial cultural presente nos povos e do potencial tecnológico presente no saber científico. Na confrontação com a agricultura capitalista, os defensores da Agroecologia têm se empenhado em sistematizar e demonstrar a sua viabilidade econômica, apontando princípios e técnicas que podem ser aplicados em diversos contextos. No entanto, o debate agroecológico busca expandir a reflexão para além do estrito âmbito da produtividade agrônômica e incorpora também questões relacionadas a princípios ecológicos, valores culturais, inclusão social, segurança e soberania alimentar e, por isso, posiciona a produção agrícola em um contexto político mais amplo. Assim, dentro da lógica freiriana, a Agroecologia se apresenta como o anúncio.

## **Conclusões**

A reflexão teórica realizada neste trabalho demonstrou a pertinência da utilização da dialética da conscientização, proposta por Freire (1982), para interpretar o marco da *ecologia política e da economia ecológica* – considerado campo de influência para a



construção do pensamento agroecológico (SEVILLA GUZMÁN, 2006). De fato, toda a trama argumentativa deste marco teórico transita entre denúncias e anúncios.

No que se refere às denúncias, a crítica se manifesta na percepção de que a propalada eficiência produtiva da agricultura industrial mascara efeitos negativos de grande impacto ambiental e social. Do ponto de vista ambiental, a agricultura moderna se realiza a partir de um consumo exacerbado de petróleo e de agroquímicos, provocando uma série de prejuízos (como erosão do solo e contaminação dos recursos naturais), que não são contabilizados nos custos da atividade, mas que são transferidos para o conjunto da sociedade e para os ecossistemas como externalidades do processo produtivo. Assim, a viabilidade econômica da agricultura moderna é possibilitada, em grande parte, graças a esses prejuízos que não são descontados. Do ponto de vista social, o processo de modernização agrícola provocou uma ruptura cultural entre as populações tradicionais, ao incitar a adoção de tecnologias intensivas em capital em substituição aos saberes agrícolas ancestrais.

No que se refere aos anúncios, é proposto um enfrentamento à lógica da expansão capitalista, por meio de uma racionalidade ambiental, capaz de entender a prioridade da preservação do meio ambiente para a manutenção das condições de vida no Planeta Terra e de orientar a emergência de um paradigma produtivo pautado pelo princípio da sustentabilidade. Tal paradigma é representado pela Agroecologia. Povos tradicionais e indígenas são reconhecidos como referência para essa racionalidade, pois seus meios de vida dão o testemunho de estratégias de reprodução social que garantiram condições de existência por longo prazo, com renovação dos recursos naturais.

### Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LEFF, Enrique. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, v. 27, p. 11-20, jan./jun. 2013.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Trad. de Jorge Esteves da Silva. Blumenau/SC: Ed. da FURB, 2000.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. Trad. de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Trad. de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



MARTÍNEZ ALIER, Joan *et al.* **Curso de economía ecológica.** PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA). Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe. México D.F., México, 1998.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Trad. de Armando de Melo Lisboa. Blumenau/SC: Ed. da FURB, 1998.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** Trad. de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.  
SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la sociología rural a la agroecología.** Barcelona: Icaria Editorial, 2006.